

Relatório da Direção

Centro de Promoção Social e
Cultural de Junqueira

- Ano de 2022 -

Introdução

A Direção do **Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira – IPSS** apresenta à Assembleia Geral dos sócios o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2022 para apreciação, discussão e aprovação, que relata as atividades desenvolvidas e a gestão financeira ao longo do ano de 2022.

Antes de descrevermos a estrutura do documento, queremos expressar o nosso agradecimento a todos quantos generosa e desinteressadamente, continuam a acreditar no **Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira - IPSS** e na missão que ele prossegue. Essa generosidade traduziu-se em: tempo, talento, donativos, ofertas em géneros e teve expressão para conseguirmos concretizar o Plano de Atividades de 2022.

Este documento, inicia-se com uma introdução, segue-se a identificação da entidade e delimitação da área de atuação geográfica. O documento divide-se, depois, **em quatro partes**:

- **Primeira Parte** – Descrição das atividades realizadas, a partir da análise efetuada às respostas sociais prestadas pela entidade aos seus utentes, à gestão de pessoal ao serviço, ao apoio às iniciativas/atividades ocupacionais tendo em conta o que foi previsto no Plano de Atividade para 2022;
- **Segunda Parte** – Indicação dos recursos utilizados por cada uma das atividades previstas no Plano de Atividades de 2022;
- **Terceira Parte** – Informação sobre as parcerias prevista e estabelecidas.
- **Quarta Parte** – Indicação do número de sócios e ocorrências verificadas a nível do movimento de sócios.

Segue-se uma **Nota Final**, onde são indicadas o tipo de colaboração dos voluntários, a comunicação e imagem feita pelo **CPSCJ – IPSS** através das divulgações ao longo do ano. Essa parte encerra com a indicação de expressão da Responsabilidade Social e da Cidadania para **CPSCJ – IPSS**. O documento termina com uma conclusão.

I - Apresentação da Instituição

1 - Apresentação da Instituição

Designação: “**Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira - IPSS**”

Endereço: Rua do Passal Nº 12 – Lugar da Igreja - Junqueira – Vale de Cambra

3730 – 170 JUNQUEIRA VLC

Telefone: 256 403 357 Fax: 256 403 357 Telemóvel: 925 523 233

E-mail: centrosocial.junqueira@sapo.pt

Site: WWW.cpscjunqueira.pt

Em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho e de acordo com o Regulamento do Registo, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 380/2301, de 18 de outubro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social **Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira – IPSS**, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3 à inscrição n.º 87/92, a fls. 80 verso do Livro n.º. 5 e a fls. 23 verso e 24 do Livro n.º 18 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efetuado em 05/01/2022 nos termos do n.º 4 do artigo 9º do Regulamento acima citado.

MISSÃO	
Prestar à comunidade e associados SERVIÇOS DE QUALIDADE	Desenvolver as respostas sociais de Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário. Prestar serviços a idosos e famílias carênciadas. Dinamizar actividades formativas, culturais recreativas e desportivas.

VISÃO	
Ser reconhecida como uma Instituição Particular de Solidariedade Social de Referência nas " Terras de Cambra"	Implementar políticas e práticas de referência na qualidade e inovação das respostas sociais prestadas.

2- Constituição dos Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE – Alcides Soares de Almeida
1º. SECRETÁRIO – Abel Soares Martins
2º. SECRETÁRIO – Joaquim Tavares Correia

DIRECÇÃO

PRESIDENTE – Lino dos Reis Amado Matos
VICE-PRESIDENTE – Amaro Abílio Soares de Almeida
SECRETÁRIO – Daniel Coutinho Tavares
TESOUREIRO – Celso Henriques Vilarinho
Vogal – Maria Eugénia Martins Correia

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE – Manuel Joaquim Rodrigues de Almeida
1º. VOGAL – Helena Filipa Alves Casal Bastos
2º. VOGAL – José Bastos

3- Área de Intervenção Geográfica

Freguesias de Junqueira e limítrofes, de acordo com os Estatutos do **CPSCJ – IPSS**.

4- Atividades Realizadas

Durante o ano de 2022, foram reiniciadas as atividades internamente e no exterior, lentamente respeitando sempre as normas imanadas pelas Autoridades de Saúde.

4.1 - Respostas Sociais: Centro de Dia

Com a presente avaliação do Plano de Atividades Socioculturais pretendemos:

- Incentivar a melhoria dos serviços prestados;
- Ser um instrumento de autoavaliação, permitindo rever de uma forma sistemática o cumprimento do Plano de Atividades, as oportunidades de melhoria e a ligação entre aquilo que se faz e os resultados que se atingem;

No final do ano de 2021 foi elaborado um Plano de Atividades Socioculturais para o ano seguinte:

- O Plano de Atividades do Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira tem como objetivo principal dinamizar os seus utentes que se encontram na resposta social Centro de Dia, sob a forma de diversas atividades durante o ano de 2022 e direcionadas a diferentes níveis de autonomia/ dependência.

Assim, ao longo do referido ano aumentamos a sua autoestima e bem-estar, retardamos o seu processo de envelhecimento, proporcionamos momentos de participação ativa, fomentamos tempos de distração e boa disposição.

A continuação da situação pandémica provocada pela COVID-19 exigiu algumas alterações na dinâmica da Instituição. Contudo, desde a reabertura do Centro de Dia em 15 de Junho de 2021, sempre em cumprimento das regras de segurança determinadas pela DGS e Segurança Social, foi possível manter o normal funcionamento desta resposta social. Com uma ligeira evolução favorável da situação epidemiológica foi possível executar o Plano de Atividades Socioculturais conforme o previsto inicialmente.

Em 2022 a Instituição manteve o seu Plano de Contingência ativo e manteve as medidas de prevenção da pandemia e a vigilância e avaliação das necessidades dos seus utentes. Monitorizou-se de forma ativa a pandemia e os seus possíveis impactos nos utentes, assim como medidas de minimização.

Os serviços prestados foram sempre reajustados de acordo com a evolução da pandemia na comunidade.

4.2 - Respostas Sociais: Serviço de Apoio Domiciliário

Com a presente avaliação do Plano de Atividades Socioculturais pretendemos:

- Incentivar a melhoria dos serviços prestados;
- Ser um instrumento de autoavaliação, permitindo rever de uma forma sistemática o cumprimento do Plano de Atividades, as oportunidades de melhoria e a ligação entre aquilo que se faz e os resultados que se atingem;

No final do ano de 2021 foi elaborado um Plano de Atividades Socioculturais para o ano seguinte.

O Plano de Atividades do Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira tem como objetivo principal dinamizar os seus utentes que se encontram na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, sob a forma de diversas atividades durante o ano de 2022 e direcionadas a diferentes níveis de autonomia/ dependência.

Assim, ao longo do referido ano aumentamos a sua autoestima e bem-estar, retardamos o seu processo de envelhecimento, proporcionamos momentos de participação ativa, fomentamos tempos de distração e boa disposição.

A continuação da situação pandémica provocada pela COVID-19 exigiu algumas alterações na dinâmica da Instituição. Contudo, sempre em cumprimento das regras de segurança determinadas pela DGS e Segurança Social, foi possível manter o normal funcionamento desta resposta social. Com uma ligeira evolução favorável da situação epidemiológica foi possível executar o Plano de Atividades Socioculturais conforme o previsto inicialmente.

Em 2022 a Instituição manteve o seu Plano de Contingência ativo e manteve as medidas de prevenção da pandemia e a vigilância e avaliação das necessidades dos seus utentes. Monitorizou-se de forma ativa a pandemia e os seus possíveis impactos nos utentes, assim como medidas de minimização.

Os serviços prestados foram sempre reajustados de acordo com a evolução da pandemia na comunidade.

4.2 - Recursos Humanos

Direção em exercício durante ao ano de 2022

Identificação	Função	Regime
Lino dos Reis Amado Matos	Presidente	Voluntariado
Amaro Abílio Soares de Almeida	Vice-presidente	Voluntariado
Daniel Coutinho Tavares	Secretário	Voluntariado
Celso Henriques Vilarinho	Tesoureiro	Voluntariado
Maria Eugénia Martins Correia	Vogal	Voluntariado

Colaboradores

Identificação	Função	Vínculo Contratual	Termo de Perm. na Entidade
Catarina Coimbra Santos	Assistente Social (Diretora técnica)	Contrato sem Termo	Todo o ano de 2022
Maria Edite Correia	Cozinheira-chefe	Contrato sem Termo	Todo o ano de 2022
Ana Isabel Tavares	Aj.de cozinheira	Contrato sem Termo	Desde 02/04/2022
Sílvia Paula Oliveira	Cozinheira	Contrato sem Termo	Todo o ano de 2022
Maria Adelina Rodrigues	Aj.acção directa	Contrato sem Termo	Todo o ano de 2022
Maria Graciete Oliveira	Animadora Cultural	Contrato sem Termo	Todo o ano de 2022
Benta Junqueira	Aj.acção directa	Contrato sem Termo	Todo o ano de 2022
Lúcia Martins	Aj.acção directa	Contrato sem Termo	Todo o ano de 2022
Bernardete Almeida	Aj.acção directa	Contrato sem Termo	Todo o ano de 2022
Emília Lages	Aux.serviços gerais	Contrato sem Termo	Todo o ano de 2022

Colaboradores Externos – Ano de 2022

Identificação do Prestador de Serviço	Serviço Prestado	Duração do Serviço
QUIRÓNPREVENCIÓN	Manutenção do HACCP	Durante todo o ano
QUIRÓNPREVENCIÓN	Medicina no trabalho	Durante todo o ano
Centro Médico da Praça	Análises Clínicas	Durante todo o ano
Amadeu Gonçalves	Ginástica de Manutenção	Reinício Outubro 2022
QUIRÓNPREVENCIÓN	Higiene e Segurança	Durante todo o ano
PREVALTA	Sist. de Seg. contra incêndios	Durante ano 2022
PREVALTA	Alarmes de intrusão	Durante todo o ano
PINHEIRO FRIO	Manut. Ar Condicionado	Durante todo o ano

Formação Profissional Formação

No ano de 2022 houve formação externa e foi a seguinte:

Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira	DOCUMENTO DE TRABALHO PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO 2022
---	--

Tema/Conteúdo	Entidade promotora/formadora/ Dinamizadora	Destinatários	Data/ Calendarização	Carga horária	Custos associados
Primeiros Socorros Modalidade: Formação Contínua de actualização. Área de Formação: UFCD 3564 – Primeiros Socorros	NOVOTECNA Associação para o Desenvolvimento Tecnológico	Edite Correia; Paula Oliveira; M ^a Adelina Rodrigues; Emília Lages; Lúcia Correia; Célia Pereira; Bernardete Almeida; Graciete Oliveira; Benta Junqueira; Ana Isabel Tavares; Catarina Coimbra; Lino Matos	Início: 22/08/2022 Fim: 29/08/2022 N ^o Dias: 5 dias	25h (Pós-laboral)	-----
Animação em Lares e Centros de Dia Tipologia: 1.08 – Formação Modular para empregados e desempregados UFCD 3551 – Animação em Lares e Centros de Dia Área de formação: 762 – Trabalho Social e Orientação	JADRC – Jovens Associados para o Desenvolvimento Regional Centro	Edite Correia; Paula Oliveira; M ^a Adelina Rodrigues; Emília Lages; Lúcia Correia; Bernardete Almeida; Graciete Oliveira; Benta Junqueira; Ana Isabel Tavares; Catarina Coimbra;	Início: 18/10/2022 Fim: 22/11/2022 N ^o Dias: 12 dias	50h (Pós-laboral)	-----

4.3 - Sustentabilidade da Instituição

ATIVIDADES PREVISTAS	ATIVIDADES REALIZADAS
Angariar Receitas	Campanha de Novos Sócios
	Donativos - Mercenato e Particulares
	Sensibilização para " Donativos ", sempre ligados a um objectivo/resultado
	Aprofundamento das parcerias existentes e desenvolvimento das novas parcerias

Nota: Todas as obrigações que os Estatutos impõem a cada um dos órgãos Sociais, foram cumpridas para o ano de 2022, conforme atestam as atas em arquivo no **CPSCJ-IPSS** e outros documentos como Convocatórias. Foram realizadas duas *Assembleias Gerais*, em março de 2022 para apreciação, discussão e aprovação das contas de gerência referentes ao ano de 2021 e em dezembro para apreciação, discussão e votação das contas previsionais e plano de investimento para o ano de 2023.

5 - Recursos Utilizados

5.1 - Centro de Dia

Recursos Previstos / Recursos Utilizados

RECURSOS PREVISTOS	RECURSOS UTILIZADOS
Direcção (4 membros)	X
Directora Técnica (assistente social)	X
Pessoal auxiliar de serviços gerais	X
1-Carrinhas para transporte dos utentes	X
1-Edifício projectado para o funcionamento de um Centro de Dia	X
Fornecimento e Serviços Externos: Electricidade, combustíveis, gás, material de escritório, telefone, fax, internet, seguros, produtos de higiene e limpeza, artigos de lavanderia, roupa e outros .	X
Colaboradores externos: professor de ginástica, consultor para a implementação do HACCP	X
Acordo de Cooperação - Comparticipação de Segurança Social	X
Comparticipação dos utentes	x
Quotas dos sócios	x
Donativos	x
Município de Vale de Cambra	x
Receitas obtidas com a realização de Eventos	X

Durante o ano de 2022, reiniciam as atividades interrompidas com a pandemia "COVID/19".

5.2 - Serviços de Apoio Domiciliário

Recursos Previstos / Recursos Utilizados

RECURSOS PREVISTOS	RECURSOS UTILIZADOS
Direcção (4 membros)	X
Directora Técnica (assistente social)	X
Pessoal auxiliar de serviços gerais	X
2-Carrinhas para transporte dos utentes	X
1-Edifício projectado para o funcionamento de um Centro de Dia	X
Fornecimento e Serviços Externos: Electricidade, combustíveis, gás, material de escritório, telefone, fax, internet, seguros, produtos de higiene e limpeza, artigos de lanvandaria, roupa e outros.	X
Colaboradores externos: professor de ginástica, consultor para a implementação do HACCP .	X
Acordo de Cooperação - Comparticipação de Segurança Social	X
Comparticipação dos utentes	x
Quotas dos Sócios	x
Donativos	x
Município de Vale de Cambra	x
Receitas obtidas com a realização de Eventos	X

Durante o ano de 2022, reiniciam as atividades interrompidas com a pandemia “COVID/19”.

5.3 - Admissão de Utentes

Recursos Previstos / Recursos Utilizados

RECURSOS PREVISTOS	RECURSOS UTILIZADOS
Direcção	X
Assistente Social	X
1 - Computador com impressora	X
Material de escritório	X

Durante o ano de 2022, reiniciam as atividades interrompidas com a pandemia “COVID/19”.

6 - Pessoal ao Serviço da Instituição

As atividades de: ginástica, consultoria de QUIRÓNPREVENCIÓN, análises clínicas, tiveram o seu reinício ao longo do ano de 2022.

Recursos Previstos / Recursos Utilizados

RECURSOS PREVISTOS	RECURSOS UTILIZADOS
Direção (5 elementos)	x
Funcionários 10	x
Análises Clínicas	X

7 – Parcerias

A tabela a seguir, identifica as parcerias do ano de 2022

Designação dos Parceiros	Parcerias Previstas	Objetivo	OBS
Instituto da Segurança Social	x	Acordo de Cooperação - Comparticipação dos Utentes do Centro de Dia e do Serviço de Apoio Domiciliário,	Desde 1990
Junta de Freguesia de Junqueira	x	Apoio Logístico, donativos em espécie e outros.	Desde 2000
Banco Solidário - Vale de Cambra	x	Apoio logístico em vestuário e produtos de higiene pessoal.	Banco Solidário - Vale de Cambra desde 2010
POAPMC	x	Programa operacional de apoio às pessoas mais carenciadas.	Desde 2018 Colaboração Arões/Junqueira
Rede Social	x	Reunião mensal	Município de Vale de Cambra

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços que se baseia na livre adesão por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar.

Pretende contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social, bem como para a melhoria da qualidade de vida de todos os residentes no Concelho, estimulando a promoção do desenvolvimento local.

A Rede Social assenta no trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

Objetivos gerais:

- Combater a pobreza e a exclusão social;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização do Plano Nacional de ação para a Inclusão;
- Integrar os objetivos do Plano Nacional para a Igualdade nos instrumentos de planeamento;
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

As medidas necessárias à prossecução dos objetivos e das ações de intervenção, no âmbito da rede social, são assumidas localmente pelos Conselhos Locais de Ação Social.

8 - Sócios

Durante o ano de 2022, não houve entrada nem saída de sócios, o número de sócios no final do ano é de 58 sócios.

9 - Nota final

O Voluntário¹

Atividade suspensa desde 11 de março de 2020 até a presente data.

A responsabilidade Social e a Cidadania

Entidades publicas

Não aplicável em 2022.

Empresas e particulares que nos apoiaram com produtos em 2022

Durante todo o ano:

A empresa “ Colep Packaging” de Vale de Cambra, que tem na sua estratégia de responsabilidade social a atuação junto da população sénior do concelho de Vale de Cambra, desenvolveu uma das suas atividades de voluntariado junto do Centro Social de Junqueira. Em 24 de Setembro, um grupo de colaboradores da empresa, procedeu à reabilitação e pintura dos muros exteriores da Instituição. A Colep Packaging de Vale de Cambra doou também a mão de obra e todos « materiais de pintura com a inclusão das tintas.

Vários particulares da Freguesia de Junqueira ofereceram-nos, durante o ano de 2022 produtos hortícolas e outros de produção própria.

10 - Conclusão:

Como conclusão, consideramos que o Plano de Atividades de 2022, foi cumprido em grande parte, tendo sido realizadas a maioria das atividades planeadas. Foram ainda executadas atividades não planeadas, consideradas fundamentais para a melhoria contínua do desempenho desta Instituição particular de Solidariedade Social.

A Direcção da entidade, em conjunto com todos os colaboradores e parceiros, propõe como objetivos para 2022:

- ✓ Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas idosas a quem presta os seus serviços;
- ✓ Promover o aperfeiçoamento técnico-profissional das suas funcionárias, quer diretamente, quer em articulação com serviços de formação;
- ✓ Cumprir o Plano de Atividades para 2022;
- ✓ Fomentar as parcerias e o planeamento dos recursos existentes, para a criação de intervenções dirigidas às pessoas idosas;
- ✓ Dinamizar o voluntariado na Instituição;
- ✓ Dinamizar a comunidade, recuperando tradições e culturas locais, através do conhecimento acumulado pelos seus utentes seniores;

¹ Se contabilizarmos as pessoas que voluntariamente ocupam as funções nos diversos órgãos sociais, temos num total de 11 voluntários, consultar Ponto I – Constituição dos Órgãos Sociais.

No final de mais um ano de atividade, vem a Direcção e a Direcção Técnica do **Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira – IPSS**, expressar o mais profundo reconhecimento a todos quantos tornaram possível os nossos resultados:

- ✓ Aos órgãos que compõem a estrutura organizacional: Assembleia – Geral e Conselho Fiscal, pela sua colaboração;
- ✓ Às nossas funcionárias pelo seu empenho e pela qualidade do trabalho que prestam;
- ✓ Aos nossos Utentes/Clientes por nos escolherem;
- ✓ Aos nossos associados, pelo apoio solidário e participativo na vida da instituição;
- ✓ Aos nossos parceiros que nos apoiam na concretização de nossa missão;
- ✓ A todos os voluntários que nos ofereceram tão generosamente: tempo, talento e solidariedade;
- ✓ Aos nossos fornecedores que também são parceiros e colaboram para a melhoria contínua da qualidade dos serviços que prestamos;
- ✓ Aos nossos benfeitores que com as suas contribuições financeiras, nos ajudam a concretizar os nossos objetivos.

Obrigado!

Junqueira, 12 de março de 2023

A DIRECÇÃO:

Lino dos Reis Amado Matos
Amaro Abílio Soares de Almeida
Daniel Coutinho Tavares
Celso Henriques Vilarinho
Maria Eugénia Martins Correia

Balanço (SNC ESNL)

461 Centro P. Social e Cultural da Junqueira

3730-170 Junqueira VLC

502980966

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	144.260,85	143.254,99
Bens património histórico e cultural		730,00	730,00
Investimentos financeiros	16.1	1.561,38	1.241,58
Ativo corrente			
Inventários	7	629,66	1.547,81
Créditos a receber	16.3,16.4	1.986,16	2.006,61
Estado e outros entes públicos	16.10	1.146,88	381,84
Diferimentos	16.5	1.690,70	4.523,97
Caixa e depósitos bancários	16.6	408.844,84	412.982,38
Total do activo ...		560.850,47	566.669,18
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos	16.8	7.955,83	7.955,83
Resultados transitados		512.361,44	531.089,59
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		9.558,03	19.116,07
Resultado líquido do período		(3.001,88)	(18.728,15)
Total dos fundos patrimoniais...		526.873,42	539.433,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	16.9	6.132,50	3.287,87
Estado e outros entes públicos	16.10	6.315,50	6.333,97
Outros passivos correntes	16.11	21.529,05	17.614,00
Total do passivo corrente ...		33.977,05	27.235,84
Total do passivo...		33.977,05	27.235,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		560.850,47	566.669,18

Demonstração Resultados (SNC ESNL)

461 Centro P. Social e Cultural da Junqueira

3730-170 Junqueira VLC

502980966

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	60.662,80	45.461,50
Subsídios,doações e legados à exploração	16.13	146.529,49	122.412,78
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	32.223,85	21.051,81
Fornecimentos e serviços externos	16.14	35.194,21	33.721,93
Gastos com o pessoal	13	143.381,36	127.437,74
Outros rendimentos	16.15	9.574,74	13.792,84
Outros gastos	16.16	670,36	1.829,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.297,25	(2.373,40)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	8.299,13	16.354,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(3.001,88)	(18.728,15)
Resultado antes de impostos		(3.001,88)	(18.728,15)
Resultado líquido do período		(3.001,88)	(18.728,15)

Demonstração Resultados p/ Funções (SNC ESNL)ACI

461 Centro P. Social e Cultural da Junqueira

3730-170 Junqueira VLC

502980966

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
Actividade 12345			
Vendas e serviços prestados		60.662,80	45.461,50
9042 - CENTRO DE DIA		21.391,50	14.822,50
9043 - SAD - AP.DOMICILIARIO		39.271,30	30.639,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		32.223,85	21.051,81
9042 - CENTRO DE DIA		8.378,04	5.473,15
9043 - SAD - AP.DOMICILIARIO		23.845,81	15.578,66
Resultado Bruto		28.438,95	24.409,69
Outros rendimentos		156.104,23	136.205,62
9042 - CENTRO DE DIA		23.160,11	30.251,64
9043 - SAD - AP.DOMICILIARIO		132.944,12	105.953,98
Gastos de distribuição		64,08	7,49
9042 - CENTRO DE DIA		18,75	1,64
9043 - SAD - AP.DOMICILIARIO		45,33	5,85
Gastos administrativos		143.815,20	129.354,87
9042 - CENTRO DE DIA		63.851,69	43.923,78
9043 - SAD - AP.DOMICILIARIO		79.963,51	85.431,09
Gastos de investigação e desenvolvimento			
9042 - CENTRO DE DIA			
9043 - SAD - AP.DOMICILIARIO			
Outros gastos		43.665,78	49.981,10
9042 - CENTRO DE DIA		10.744,79	11.386,97
9043 - SAD - AP.DOMICILIARIO		32.920,99	38.594,13
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(3.001,88)	(18.728,15)
Gastos de financiamento (líquidos)			
9042 - CENTRO DE DIA			
9043 - SAD - AP.DOMICILIARIO			
Resultado Antes de Impostos		(3.001,88)	(18.728,15)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado Líquido do período		(3.001,88)	(18.728,15)

1 - Identificação da Entidade

O “Centro de Promoção Social e Cultural de Junqueira”, é uma IPSS, uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, com estatutos publicados no Diário da República nº 286, Série III, com sede em Rua do Passal, nº 12. Tem como atividades Serviço de Apoio Social, através do Serviço de Apoio Domiciliário e do Centro de Dia, para prosseguir os seguintes objetivos:

- Concessão de bens e a prestação de serviços de apoio a idosos e respetiva família;
- Assistência a idosos em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Proteção e promoção da saúde, através de promover o acesso a prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Apoio na integração social e comunitária e resolução de problemas habitacionais das populações.

2 - Indicação do referencial contabilístico

Em 2022, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 - Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	0
Programas de Computador	0
Propriedade industrial	0
Outros Ativos Intangíveis	0

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	16
Equipamento de transporte	8
Equipamento biológico	50
Equipamento administrativo	16
Outros Ativos fixos tangíveis	14

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do

período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia

quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no anterior ponto das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração nas estimativas contabilísticas.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores

Não se verificaram efeitos relevantes resultantes de correção de erros de períodos anteriores.

4 - Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2021, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Custo						
Bens imóveis	0	0	0	0	0	0
Arquivos	0	0	0	0	0	0
Bibliotecas	730	0	0	0	0	730
Museus	0	0	0	0	0	0
Bens móveis	0	0	0	0	0	0
TOTAL	730	0	0	0	0	730

No período de **2022**, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Custo						
Bens imóveis	0	0	0	0	0	0
Arquivos	0	0	0	0	0	0
Bibliotecas	730	0	0	0	0	730
Museus	0	0	0	0	0	0
Bens móveis	0	0	0	0	0	0
TOTAL	730	0	0	0	0	730

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de **2021** e de **2022**, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ano **2021**

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final
Custo						
Terrenos e Rec. Naturais	88 550	0	0	0	0	88 550
Edif.Outras Construções	514 935	0	0	0	0	514 935
Equip.Básico	42 505	0	0	0	0	42 505
Equip. Transporte	120 133	0	0	0	0	120 133
Equip. Administrativo	35 194	0	0	0	0	35 194
Equip.Biológicos	923	0	0	0	0	923
Outros Act.Fixos Tang.	19 118	0	0	0	0	19 118
TOTAL	821 356	0	0	0	0	821 356
Depreciações acumuladas						

Terrenos e Rec. Naturais	0	0	0			0
Edif.Outras Construções	480 169	3 950	0			484 119
Equip.Básico	42 505	0	0			42 505
Equip. Transporte	85 535	11 532	0			97 068
Equip. Administrativo	34 041	836	0			34 877
Equip.Biológicos	378	37	0			415
Outros Act.Fixos Tang.	19 118	0	0			19 118
TOTAL	661 747	16 355	0	0	0	678 101

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Custo				
Terrenos e Rec. Naturais	88 550	0	0	88 550
Edif.Outras Construções	34 766	0	3 950	30 816
Equip.Básico	0	0	0	0
Equip. Transporte	34 597	0	11 532	23 065
Equip. Administrativo	1 152	0	836	317
Equip.Biológicos	544	0	37	507
Outros Act.Fixos Tang.	0	0	0	0
TOTAL	159 610	0	16 355	143 255

Ano 2022

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transfer.	Revalor.	Saldo Final
Custo						
Terrenos e Rec. Naturais	88 550	0	0	0	0	88 550
Edif.Outras Construções	514 935	0	0	0	0	514 935
Equip.Básico	42 505	3 048	0	0	0	45 552
Equip. Transporte	120 133	0	0	0	0	120 133
Equip. Administrativo	35 194	3 903	0	0	0	39 096
Equip.Biológicos	923	0	0	0	0	923
Outros Act.Fixos Tang.	19 118	0	0	0	0	19 118
TOTAL	821 356	6 950	0	0	0	828 306
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Rec. Naturais	0	0	0			0
Edif.Outras Construções	484 119	1 975	0			486 094
Equip.Básico	42 505	190	0			42 695
Equip. Transporte	97 068	5 766	0			102 834
Equip. Administrativo	34 877	349	0			35 226
Equip.Biológicos	415	18	0			434
Outros Act.Fixos Tang.	19 118	0	0			19 118
TOTAL	678 101	8 299	0	0	0	686 400

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Custo				
Terrenos e Rec. Naturais	88 550	0	0	88 550
Edif.Outras Construções	30 816	0	1 975	28 842
Equip.Básico	0	3 048	190	2 857
Equip. Transporte	23 065	0	5 766	17 299
Equip. Administrativo	317	3 903	349	3 870
Equip.Biológicos	507	0	18	489
Outros Act.Fixos Tang.	0	0	0	0
TOTAL	143 255	6 950	8 299	141 906

No exercício, foram registados Investimentos em curso no valor de 2 355 eur.

5 - Ativos intangíveis

(Não aplicável)

6 - Custos de empréstimos obtidos

(Não aplicável)

7 - Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022			
	Inventário inicial	Compras	Reclassif.e Regul.	Inventário final	Compras	Reclassif.e Regul.	Inventário final	
Mercadorias	0	0	0	0	0	0	0	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	437	22 162	0	1 548	31 306	0	630	
Produtos acabados e intermédios	0		0	0		0	0	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0		0	0		0	0	
Produtos e trabalhos em curso	0		0	0		0	0	
Total	437	22 162	0	1 548	31 306	0	630	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				21 052			32 224	
Variações nos inventários da produção				0			0	

8 - Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas de Bens	0	0
Prestações de Serviços		
Quotas de utilizadores	60 083	45 312
Quotas e jóias	580	150
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Serviços secundários	0	0
Juros	11	105
Royalties		
Dividendos	0	0
TOTAL	60 674	45 567

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

(Não aplicável)

Passivos contingentes

(Não aplicável)

Ativos contingentes

(Não aplicável)

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios das entidades públicas” e “Subsídios de outras entidades”:

Descrição	2022	2021
Subsídios das entidades públicas	145 550,21	111 045,58
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Total	145 550,21	111 045,58

11 - Efeitos de alterações em taxas de Câmbio

(Não aplicável)

12 - Imposto sobre o Rendimento

A Instituição está isenta de imposto.

13 - Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, manteve-se em 9.

Os órgãos diretivos não usufruem de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 e em 31/12/2021 foi de 10.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0	0
Remunerações ao pessoal	116 582	88 230
Benefícios Pós-Emprego	0	0
Indemnizações	0	0
Encargos sobre as Remunerações	23 821	22 503
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 142	836
Gastos de Ação Social	0	0
Outros Gastos com o Pessoal	1 837	15 868
TOTAL	143 381	127 438

14 - Agricultura

(Não aplicável)

15 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

16 - Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 - Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias		
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em associadas		
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		
Método de Equivalência Patrimonial		
Outros Métodos		
Investimentos noutras empresas		
Outros investimentos financeiros	1 561	1 242
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Total	1 561	1 242

16.2 - Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

(Não aplicável)

16.3 - Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” e “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0	0
Utentes	0	70
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		

Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes Imparidades Acumuladas		
Cientes	0	0
Utentes	0	0
Total	0	70

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Cientes	0	0
Utentes	0	0
Total	0	0

16.4 - Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0	0
Adiantamentos ao pessoal	0	0
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0	0
Devedores por acréscimos de rendimentos	0	200
Outras operações		
Outros Devedores	1 912	1 912
Perdas por Imparidade		
TOTAL	1 912	2 112

16.5 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer	1 691	4 524
Rendimentos a Reconhecer	0	0

16.6 - Outros Ativos Financeiros

(Não aplicável)

16.7 - Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	0	10
Depósitos à ordem	80 051	84 166
Depósitos a prazo	328 794	328 807
TOTAL	408 845	412 982

16.8 - Fundos Patrimoniais

Durante o período de 2022, nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	7 956	0	0	7 956
Excedentes técnicos	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0
Resultados transitados	531 090	0	18 728	512 361
Excedentes de revalorização	0	0	0	0
Outras variações nos fundos patrimoniais	19 116	0	9 558	9 558
TOTAL	558 161	0	28 286	529 875

16.9 - Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	6 133	3 288
Fornecedores títulos a pagar	0	0
Fornecedores faturas em receção e conferência	0	0
TOTAL	6 133	3 288

16.10 - Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
ATIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0	0
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 147	382
Outros Impostos e Taxas	0	0
TOTAL	1 147	382
PASSIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0	0
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0	0
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 001	2 068
Segurança Social	4 285	4 244
Outros Impostos e Taxas	29	22
TOTAL	6 316	6 334

16.11 - Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0		0
Cauções	0		0	
Outras operações		0		0
Perdas por imapridade acumuladas		0		0
Fornecedores de Investimentos		0		0
Credores por acréscimo de gastos		21 243		17 562
Outros credores		136		52
TOTAL		21 379		17 614

16.12 - Outros Passivos Financeiros

(Não aplicável)

16.13 - Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios das entidades públicas	145 550	111 046
Subsídios de outras entidades	0	0
Doações e heranças	979	11 367
Legados	0	0
Total	146 529	122 413

16.14 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0	0
Serviços especializados	10 990	13 406
Materiais	1 016	6 054
Energia e fluidos	15 589	10 709
Deslocações, estadas e transportes	64	7
Serviços diversos	7 535	3 545
Total	35 194	33 722

16.15 - Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	0	0
Descontos de pronto pagamento obtidos	5	3
Recuperação de dívidas a receber	0	0
Ganhos em inventários	0	0
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0	0
Rendimentos em investimentos não financeiros	0	3 468
Outros rendimentos	9 558	10 217
TOTAL	9 564	13 688

16.16 - Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	1	1
Descontos de pronto pagamento concedidos	0	0
Incobráveis	0	0
Perdas em inventários	0	0
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0	0
Gastos em investimentos não financeiros	0	0
Outros Gastos	670	1 828
TOTAL	670	1 829

16.17 - Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros suportados	0	0
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0	0
Outros gastos e perdas de financiamento	0	0
TOTAL	0	0
Juros e Gastos Similares Obtidos		
Juros obtidos	11	105
Dividendos obtidos	0	0
Outros Rendimentos similares	0	0
TOTAL	11	105
Resultados Financeiros	11	105

16.18 - Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

16.19 - Locações

(Não aplicável)

Vale de Cambra, 13 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

O(s) Representante(s) Legal(s)

Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento

NISS 20004244368 Entidade CENTRO PROMOÇÃO SOC. CULTURAL DE JUNQUEIRA Ano de Contas 2022

Tipologia do Investimento V	Designação Ativo	Valor Investimento Inicial	Taxa	Ano Início	Ano Fim	Subsídio Inv. ISS,IP	Subsídio Investimento Total	Imputação Ano (conta 7883)	Ajustamento Positivo	Ajustamento Negativo	Valor Líquido Ano (conta 593)
EC	- RENAULT TRAFIC (VIATURA AD - 91-IO)	23 829,70 €	25	2020	2024	0,00 €	9 638,57 €	4 819,29 €	0,00 €	0,00 €	4 819,28 €
EC	- DACIA NOVO DUSTER AE-74-DX	22 300,00 €	25	2020	2024	0,00 €	9 477,50 €	4 738,75 €	0,00 €	0,00 €	4 738,75 €
Totais		46 129,70 €				0,00 €	19 116,07 €	9 558,04 €	0,00 €	0,00 €	9 558,03 €